

**Termos de inspeção: o papel do inspetor escolar na avaliação didático-pedagógica e material escolar (1934)**

Márcia Marlene Stentzler<sup>1</sup>  
Agnes Isabela Leão Ferreira<sup>2</sup>

**Resumo**

Nas primeiras décadas do Século XX, o inspetor escolar exerceu um papel preponderante em escolas de cidades do interior, avaliando e orientando o processo de ensino e aprendizagem. A organização das escolas e comunidades foi determinante para que docentes e direção atuassem em conformidade com as condições materiais, exigências legais e didático-pedagógicas. Esta pesquisa de cunho sócio-histórico, tem como elemento principal de análise o relatório do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso e Escola Complementar anexa, na cidade de Porto União (SC), elaborado pelo inspetor Germano Wagenführ. O objetivo é compreender representações construídas em torno da escola, docência e aprendizagem registradas no relatório da inspeção realizada entre 13 e 17 de março de 1934, onde são registradas as condições materiais e a organização didático-pedagógica no estabelecimento de ensino. A partir de sua avaliação e respaldado pelo Regimento Interno dos Grupos Escolares (SANTA CATARINA, 1914), o inspetor faz recomendações, repreensões e determina encaminhamentos didático-pedagógicos, visando o ensino e a aprendizagem, em conformidade com padrões e normas do período. Aponta dificuldades e potencialidades de cada professora e dos estudantes. Também ministrou aulas-modelo. Seguiu determinações políticas e ideológicas do período. O Termo de Inspeção utilizado neste estudo encontra-se no arquivo da Escola de Educação Básica Balduino Cardoso, em Porto União (SC). A pesquisa é documental e bibliográfica. O recorte temporal revela ações socioeducacionais e políticas específicas, que fazem parte do cotidiano das escolas, das cidades e de produção de uma cultura escolarizada. Utilizamos como base teórica Bloch (1965; 2001) e Thompson (1998).

**Palavras chave:** Inspetor escolar; história da educação; avaliação pedagógica.

**Abstract**

In the first decades of the twentieth century, the school inspector played a leading role in inner city schools, evaluating and guiding the process of teaching and learning. The organization of schools and communities were crucial for teachers and direction acted in accordance with the material conditions, legal and didactic and pedagogical requirements. This socio-historical nature of research, its main element analysis the School Teacher Baudouin Cardoso and Supplementary School Group attached

---

<sup>1</sup> Professora adjunta do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Membro dos grupos de pesquisa Nucathe (Unespar) e Nuhfope (Ufpr). Coordenadora Institucional do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (Pibid). Doutora em Educação pela UFPR. Mestre em Educação pela UEPG. Graduada em Pedagogia.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia, campus Unespar de União da Vitória (PR). Membro do grupo de pesquisa Nucathe (Unespar). Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Docência (PIBID).

report in the city of Porto União (SC), prepared by Inspector Germano Wagenführ. The goal is to understand representations built around the school, teaching and learning recorded in the inspection report carried out between 13 and 17 March 1934, where the material conditions and the didactic-pedagogical organization in the school are registered. From its evaluation and supported by the Internal Rules of School Groups (CATARINA, 1914), the inspector makes recommendations, reprimands and determines didactic and pedagogical referrals, aimed at teaching and learning, in accordance with standards and norms of the period, points out difficulties and potentialities of each teacher and student, also taught model classes, continued political and ideological determinations of the period. The Inspection Terms used in this study is in the School of Basic Education Bauduíno Cardoso file in Porto União (SC). The research is documentary and bibliographic. The time frame reveals socio-educational actions and specific policies, which are part of the daily life of schools, cities and production of an educated culture. We used as theoretical basis Bloch (1965; 2001) and Thompson (1998).

**KEYWORDS:** school inspector; history of education; educational evaluation.

## **Introdução**

A avaliação está presente em todas as atividades humanas, julgar e comparar faz parte do nosso cotidiano, contudo, dentro das instituições educacionais o papel da avaliação de forma sistemática, tem a finalidade de reorganizar o cotidiano escolar, tanto nos aspectos materiais quanto didático-pedagógicos. No contexto escolar aparece como uma prática formal organizada e sistematizada, realizando-se por objetivos escolares claros ou subentendidos, que acabam refletindo nos valores e normas sociais. Esta pesquisa, de cunho socioeducacional, realizada com base no relatório escrito pelo inspetor escolar Germano Wagenführ, promove reflexões sobre o papel do inspetor e da avaliação, uma inspeção escolar, realizada no período de 13 a 17 de março de 1934.

Conforme Barbosa (1997, p.67-68) é da competência desse profissional relatar as condições materiais, ser um conhecedor da ciência visando dar suporte pedagógico aos docentes que estão no início da carreira e por isso tenham “falta de experiência e de habilidade do manejo das aulas”. Sua atuação como fiscalizador é a mais antiga, “exercendo vigilância sobre as atividades desenvolvidas na escola” e, na medida em que se dedica ao “exercício da pesquisa [realizando] consulta constante das obras pedagógicas e das inovações” educacionais, o inspetor “é um verdadeiro profissional que enfoca os problemas cientificamente e resolve as dificuldades do ensino usando múltiplos recursos”, com o apoio da ciência. Em 1930, como primeira iniciativa do governo Vargas foi criado o Ministério da Educação e de Saúde Pública. O trabalho dos inspetores escolares, como profissionais encarregados de acompanhar a educação, estabelece-se também como uma forma de controle

do Estado, no âmbito ideológico. Para Ribeiro (2012, s.p.), “controle, fiscalização e até punição, sempre estiveram atrelados, ao longo da história educacional, à inspeção escolar”, especialmente se tratando da nacionalização.

A educação formal tem a função de transmissão de valores e mantenedora da coesão social, conforme aponta Schwartzman (2011, p.15). E a avaliação caracteriza-se como uma ferramenta de extrema importância na área educacional, para qualificar o ensino e a escola. Consideradas as especificidades do estudo, o processo avaliativo realizado por meio da inspeção escolar interfere diretamente nas ações didático-pedagógicas e práticas escolares, conforme pode ser constatado a partir do documento analisado neste estudo. O registro manuscrito, elaborado pelo inspetor, detalha mudanças na inserção da escola na comunidade: “[...] Atualmente goza este estabelecimento de ensino de toda a simpatia da população desta Cidade, o que não acontecia outrora. O conceito em que está agora este Grupo ficou provado com o considerável aumento de matrícula, apesar de existirem no lado catarinense três escolas [...]”. (WAGENFÜHR, 1934, p.18). As outras escolas eram o Colégio Santos Anjos (com curso preliminar e complementar), o colégio paroquial São José e o colégio Teuto Brasileiro. Além desses, em União da Vitória (PR), existia o Grupo Escolar Professor Serapião, ofertando curso complementar.

Mesmo com a existência de todas essas escolas em Porto União (SC), duas delas confessionais e uma étnica, a matrícula no estabelecimento cresceu em relação ao ano anterior. Com novo diretor do Grupo Escolar, o Professor Celso Rila e o ingresso de três professoras normalistas, entre abril e outubro de 1933. Esses fatos podem ter sido determinantes para a elevação na matrícula. Portanto, o objetivo desta pesquisa é compreender representações construídas acerca da escola, docência e aprendizagem registradas no relatório da inspeção realizada entre 13 e 17 de março de 1934, onde são registradas as condições materiais e a organização didático-pedagógica no estabelecimento de ensino. No documento, o Inspetor Germano Wagenführ, detalha aspectos do prédio e suas dependências, do mobiliário, do material didático, da escrituração, da disciplina em geral, das funções escolares, da matrícula e frequência, do ensino, da servente e da Escola Complementar. Como objetivos específicos, analisaremos o contexto socioeducacional do período e a resultados do processo de avaliação em relação a condições físicas e pedagógicas do estabelecimento educacional.

As fontes primárias elencadas neste estudo foram catalogadas pelo Núcleo de Catalogação e Pesquisas em História da Educação (Nucathe), vinculado à Universidade  
Revista Ensino & Pesquisa, v.14, Suplemento Especial 2016, p.36-51. ISSN 2359-4381 *online*

Estadual do Paraná (Unespar), campus de União da Vitória (PR). Trata-se de documento original, pertencente ao acervo do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, em Porto União (SC). Como fontes secundárias, utilizamos pesquisas já realizadas sobre a temática. Concordamos com Marc Bloch (2001, p.64) quando afirma que “uma das tarefas mais difíceis do historiador é reunir os documentos que pensa ter necessidade”, como por exemplo, realizar inventários, organizar catálogos das fontes e selecionar os repertórios bibliográficos. Consideramos as especificidades da pesquisa e sua particularidade, devido ao contexto em que está inserido o objeto de estudo.

Entendemos a educação como parte do processo de formação do ser humano, particularmente do trabalhador. As experiências de cada sujeito são únicas, intransferíveis, alicerçando a tomada de decisões, tanto no âmbito individual, quanto coletivo. Essas ações se efetivam por meio de um “conjunto estruturado de relações”, conforme aponta Thompson (1998, p.77), na obra *Costumes em Comum*, tendo como referencial a organização dos trabalhadores no século XVIII, na Europa. Entendemos, como Bloch (2001, p.24-25) que a pesquisa em História da Educação tem um campo vasto, com diversidade de questões que podem ser exploradas por meio de vestígios que o pesquisador é capaz de encontrar a partir de seu interesse e de condições de preservação dos documentos até os dias atuais.

O Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso e Escola Complementar anexa estão localizados na cidade de Porto União (SC), que foi criada com o Acordo de Limites<sup>3</sup> de 1916, a partir da Porto União da Vitória (PR). Pertencentes ao mesmo conjunto urbano são separadas politicamente pelos trilhos da ferrovia, as duas cidades obedeciam a legislações educacionais específicas, dos respectivos Estados.

### **Escolarização e inspeção em Porto União (SC)**

Com a universalização da educação básica em países da Europa Ocidental no início do século XX, buscava-se por padrões nacionais de avaliação, fazendo surgir assim os exames de conclusão da educação secundária que acabavam selecionando os melhores estudantes. Esses exames eram acompanhados por juízes e professores que buscavam igualar os conceitos dados em escolas, objetivando, assim, oportunizar a todos melhores colocações nos estudos em universidades e na vida profissional (SCHWARTZMAN, 2011, p.17). Na medida em que

---

<sup>3</sup> Sobre a organização da escolarização nas cidades fronteiriças e o acordo de limites, consultar Stentzler (2015).

o iluminismo se efetiva e as ciências passam a ocupar papel central para a compreensão de problemas da humanidade, no final do Século XIX, concepções sobre a criança e a educação são reelaboradas.

Na década de 1930, período deste estudo, a avaliação da aprendizagem, feita por meio de exames e sabatinas, exerceu papel preponderante para definir se o estudante era aprovado ou reprovado. Jussara Hoffmann (2009, p.44), trata dessa avaliação como medida, amplamente utilizada pela escola tradicional. Os exames assumem o papel central para definir aprovação ou reprovação do aluno. Embora houvesse discussão no âmbito nacional e internacional, que culminou com a publicação do Manifesto dos Pioneiros para a Educação Nova<sup>4</sup>, os regulamentos que norteavam a educação primária em Santa Catarina, no período deste estudo, tinham sido elaborados no início da década de 1910 (e feitas algumas adequações ao longo dos anos), mas apenas em alguns aspectos, considerando princípios da escola ativa.

Na região fronteira de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), ao final da década de 1920 foram criadas as Escolas Complementares anexas aos Grupos Escolares<sup>5</sup> de ambas as cidades. Esses estabelecimentos educacionais tinham por objetivo tornar-se um modelo de higiene, controle do tempo, conteúdo e metodologia. É o que se evidencia a partir de relato de visita do inspetor, na época. Stentzler (2015, p. 91) em sua tese de doutorado, pontua que “a Escola Complementar de Porto União (SC) funcionava em turno contrário ao Grupo Escolar, com disciplinas ministradas por três professoras normalistas do Grupo Escolar e o Diretor.” A partir de 1933, conforme aponta Wagenführ (1934), um grupo de três jovens professoras normalistas passa a fazer parte do corpo docente do Grupo Escolar. As professoras eram egressas da primeira turma da Escola Normal Santos Anjos, em Porto União (SC).

O processo de escolarização nestas cidades fronteiriças, no pós-Contestado, consolidou-se a partir das orientações do governo catarinense e paranaense, respectivamente, nas duas cidades. Mesmo à distância, o Estado regia e fazia valer as determinações legais para

---

<sup>4</sup> O manifesto intitulado “A reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo”. O documento tratava do movimento de renovação educacional, fundamentos, princípios e diretrizes do plano de reconstrução partindo do geral para o particular. Enuncia *princípios e diretrizes* como: a apresentação do *Plano de reconstrução educacional* em seus aspectos gerais, a estruturação das escolas maternas, jardins de infância, primária, média e a universidade, também a questão *da unidade de formação de professores e a unidade de espírito*, o real papel dos professores e da escola, bem como sua função social. Mostra a educação como sendo o dever mais importante do Estado. (SAVIANI, 2008).

<sup>5</sup> Junto ao Grupo Escolar Balduino Cardoso, de Porto União (SC) em 1928 e ao Grupo Escolar Professor Serapião, de União da Vitória (PR), em 1929. (STENTZLER, 2015, p.101)

os estabelecimentos educacionais, por meio do trabalho do inspetor escolar. “As Escolas Complementares passaram a fazer parte do contexto socioeducacional das cidades limítrofes de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) somente ao final da década de 1920” (STENTZLER, 2015, p.15). Nelas eram formados os jovens professores primários para as escolas rurais multisseriadas. As professoras que trabalhavam neste estabelecimento precisavam ter formação para ministrar aulas nessas instituições de ensino.

Para acompanhar as condições materiais e pedagógicas das escolas o governo nomeia inspetores escolares e de acordo com o Regulamento Geral da Instrução Pública de Santa Catarina, deveria ser maior de 25 anos, “diplomado pelas escolas superiores, gimnasios ou Escolas Normaes do Paiz” (SANTA CATARINA, 1914, p.13). Um trabalho que exigia muitas viagens, pois, um inspetor atendia a uma determinada circunscrição, composta por vários municípios e estabelecimentos escolares, além de cumprir atividades na Diretoria de Instrução Pública, em Florianópolis. A inspeção efetivava-se por meio da observação e de registros manuscritos, detalhando a vida nas escolas, durante o período da avaliação. Os registros, detalhados, continham a descrição da estrutura física, espaços de convivência (áreas externas) e educacional (práticas da equipe pedagógica). Todas as recomendações registradas durante a avaliação seriam verificadas, numa próxima inspeção (SANTA CATARINA, 1914, p.13).

No Regulamento para as Escolas Complementares de Santa Catarina (1911), havia critérios para a avaliação e inclusive, sobre a metodologia a ser adotada pelo professor. Há uma riqueza de detalhes, numa tentativa de homogeneização do processo de escolarização e de formação de professores. Embasado no método intuitivo, no capítulo VIII, Art. 39 §8, detalha como ensinar o aluno: “Fazer, por meio de perguntas bem dirigidas e concatenadas, que o alumno descubra princípios e regras, evitando o ensino directo daquilo que o discente possa descobrir por si mesmo.” Em relação à atribuição dos professores quanto ao método de ensino e estratégias determinava-se: “Usar, sempre que possa objectos materiaes ou pelo menos de sua imagem ou representação gráfica, todas as vezes que tiver de ministrar noções novas [...]” (SANTA CATARINA, 1911, p.13). Essas regras deveriam ser seguidas por todos os professores e também faziam parte do Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina (1914).

A execução dessas determinações regimentais era garantida e validada pelo inspetor escolar. Esse profissional representava o Estado dentro das instituições escolares. Ao inspecionar as escolas, fazia valer em todas elas a regulamentação educacional. Todos os

profissionais atuantes deveriam prestar contas ao inspetor e este por sua vez, aos seus superiores. O inspetor, conforme Nascimento (2010, p. 371-372) deveria garantir a aplicação de métodos de ensino modernos “[...] cuidar das condições de funcionamento da sala de aula, observar os conteúdos que eram ministrados pela professora, suas habilidades em ministrá-los e em zelar pela educação cívica dos alunos.” As observações feitas pelo Inspetor ficavam registradas no livro de Termos de Visitas das autoridades escolares, acessível somente a essas autoridades. Na escola existia outro livro o qual era aberto aos demais visitantes, para registrar suas impressões.

### **Inspeção escolar: um processo de avaliação**

O livro para os **Termos de visitas das autoridades escolares**, do qual extraímos o documento que ora analisamos, reúne registros de inspeções elaborados por inspetores entre o ano de 1919 e 1939, porém, em alguns anos na década de 1920, não foi realizada inspeção. Germano Wagenführ passou a responder pela inspeção na 3ª. Circunscrição Escolar com a saída do Inspetor Elpídio Barbosa.

Educador atuante, em 1927 Wagenführ participou da I Conferência Estadual do Ensino Primário de Santa Catarina. Apresentando a Tese nº 4, questionava: Há vantagem em descongestionar o Ensino Normal e Complementar no Estado do acervo de disciplinas que os compõem? Naquele ano ele era diretor em São Bento (do Sul), mas já havia atuado como diretor no Grupo Escolar de São Francisco do Sul (SC). Foi estudante na Escola Complementar de Lages, de Blumenau e na Escola Normal Catarinense, familiarizado, portanto, com a escolarização. Ao ponderar sobre o excesso de disciplinas que ele próprio havia cursado quando foi aluno complementarista, falava de sua experiência sobre o excesso que prejudicava o aprendizado (WAGENFÜHR *apud* STENTZLER, 2015, p.22; SANTA CATARINA, 1927).



FIGURA 1: Inspetor Germano Wagenführ  
FONTE: Álbum de formatura do Grupo Escolar Balduino Cardoso (1945)

Sua atuação foi marcada pelo criterioso acompanhamento que realizava na estrutura física do estabelecimento, nos documentos escolares e salas de aula. Em 1934, quando fez sua primeira visita, asseverou que embora o mobiliário das salas de aula estivesse novo, as dependências onde funcionavam as salas de aula eram insuficientes para atender a demanda por escolarização na cidade, especialmente porque havia aumentado a matrícula de estudantes no estabelecimento. Embora bem conservado, o prédio “[...] não satisfaz absolutamente às exigências pedagógicas visto só ter 4 salas de aula e haver no Grupo 6 classes do curso preliminar e 3 no complementar, por isso funciona em dois turnos e até uma classe, o 3º ano complementar funciona numa saleta de 2mX3 metros.” (WAGENFÜHR, 1934, p.18). O terreno era pequeno (30mx60m) e uma parte (300m<sup>2</sup>) era “completamente inutilizada para o recreio” devido ao barranco. A descrição detalhada do local e possibilidades para sanar o problema foram apontadas pelo inspetor e levadas ao conhecimento das autoridades superiores:



O ideal seria construir novo Grupo em outro terreno mais apropriado. Ou em último caso sobre-pôr mais um pavimento ao atual prédio, que possui sólido fundamento e paredes externas de 1, ou sejam de 42 e 27 cms, respectivamente, que suportaras muito bem mais esse pavimento, e não será muito dispendioso (WAGENFÜHR, 1934, p.18).

O detalhado relatório possibilita compreender como era organizado o estabelecimento de ensino, no âmbito da estrutura física, espaço externo e a didático-pedagógica, mas nenhuma das possibilidades apontadas foi acatada. Quatro anos mais tarde, em 1938 foi construído um novo estabelecimento, numa área ampla, com planta padrão para os grupos escolares catarinenses. Quanto a estrutura física da escola, o inspetor faz menção a existência de galpões junto ao Grupo Escolar, os quais “satisfazem os fins que foram destinados”. Contudo, quanto aos aparelhos sanitários, necessários ao funcionamento da escola, embora funcionassem bem, dependiam da água do poço. A escola ficava num local alto e o poço não tinha profundidade para armazenar “água suficiente” para a necessidades de consumo. Recomendou que seria conveniente “aprofundá-lo mais alguns metros e colocar um motor para acionar a bomba, por ser impossível a vertente executar esse trabalho penosíssimo, para que haja água em abundância melhorando, assim, as condições higiênicas dos referidos aparelhos”. (WAGENFÜHR, 1934, p.19), pois “o serviço de encher a caixa [d’água era] feito à mão”, com baldes puxados por uma corda (procedimento comum onde inexistia motores) conforme havia registrado, no ano anterior, o inspetor Elpídio Barbosa (1933, p.13).

O inspetor trata das questões arquitetônicas e pedagógicas, dois temas imbricados, quando as condições para a escolarização denominada de moderna estavam sendo debatidas. Uma sala pequena, sem materiais, ou com professores despreparados era a antítese da renovação pedagógica almejada a partir dos grupos escolares e das escolas formadoras de professores. Esperava-se que existisse um ambiente propício, com salas de aulas iluminadas e limpas, água suficiente para a higiene e bem estar aos estudantes e docentes. Em relação a atividade docente, o inspetor articula a materiais didático-pedagógicos, necessários ao bom trabalho das professoras:

Para as snritas Professoras poderem seguir as determinações da metodologia moderna no ensino e cumprir à risca as exigências dos programas, torna-se indispensavel o seguinte material: 1 globo, 1 mapa mundi, mapas da Europa, Asia, Africa e Oceania, 1 quadro do sistema metrico, quadros de história natural, como de animais, plantas e minerais, quadros anatomicos do aparelho digestivo, circulatorio, respiratorio, sistema nervoso e muscular e do esqueleto ósseo (WAGENFÜHR, 1934, p.18v-19).

Ao que parece, a escola não possuía todos esses materiais para as professoras ministrarem as aulas de acordo com as modernas orientações pedagógicas, ou não eram devidamente utilizados pelas professoras durante suas aulas. Na medida em que constatava dificuldades no tocante a metodologia, o inspetor ministrava aulas demonstrando como lecionar corretamente, comparando o planejamento pedagógico, fichas de avaliações dos professores, tarefas passadas aos alunos, com a prática pedagógica e tempo utilizado para as diferentes atividades em sala de aula.

Mas, se por um lado havia o entendimento de uma educação ativa, em que as aulas fossem “claras, precisas e obedecendo aos modernos princípios pedagógicos, o que as tornam agradáveis aos educandos e portando facilmente compreendidas pelos mesmos”, conforme defende Wagenführ (1934, p.21), por outro, a metodologia de avaliação da aprendizagem compreendia as “Sabbatinas”, por meio de provas trimestrais, nas escolas. Previa-se que cada professor apresentasse a relação de conteúdos trabalhados em sala de aula antecipadamente ao dia da prova, mas as notas finais compreendiam duas avaliações: a sabatina e os exames. Os alunos não tinham acesso às notas das sabbatinas antes do exame final. Somente os professores detinham essa informação, confidencial. Os exames eram esperados por toda a sociedade e somente as disciplinas de desenho, música, ginástica e trabalhos manuais eram dispensadas dessa prova. Nestas, seria avaliada a dedicação de cada aluno e cabia a escola encontrar meios de realizá-la.

No ano de 1934, Wagenführ registrou o aumento da matrícula e frequência, tanto no Grupo Escolar quanto na Escola Complementar, comparada ao relatório do ano anterior. A disciplina em geral foi considerada como muito boa “[...] tanto nas marchas, formaturas, entradas, saídas e recreios, como no uso do material.” (WAGENFÜHR, 1934, p.19). Em relação aos registros escolares, as professoras foram elogiadas por Wagenführ pela perfeita ordem. Os livros de chamada “[...] feitos com o máximo [de] asseio e cuidado, não se encontrando neles raspaduras, emendas e borrões, tão comuns nesses livros – pelo que louvo as snritas Professoras” (1934, p.20) e ao Senhor Diretor do estabelecimento, Professor Celso Rila.

O louvor foi concedido, pois, ao comparar o relatório de visita do ano anterior, Wagenführ verificou “justamente o contrário” do seu antecessor, Elpídio Barbosa. O Regulamento das Escolas Complementares do Estado de Santa Catarina estabelecia como uma das atribuições do diretor a escrituração escolar. Conforme o Art. 46, ele seria “auxiliado, em cada mez, por um professor por elle designado, em ordem successiva.”

(SANTA CATARINA, 1911, p.15). A perfeita ordem em que estava os documentos deve-se ao comprometimento, organização e responsabilidade das professoras atuantes no estabelecimento escolar.

Durante as inspeções, o trabalho pedagógico realizado em sala de aula recebia uma atenção especial por parte de Wagenführ, que assistia aulas de todas as professoras, observando detalhes do trabalho desempenhado como por exemplo: os conteúdos, entonação de voz, caligrafia da professora, uso do quadro negro, uso do quadro de leitura Parker<sup>6</sup>, lições de casa, disciplina, entre outros. Os registros detalhados sobre a atuação de cada docente, nas diferentes seções (masculina e feminina) permitem compreender como cada professora cumpria suas responsabilidades ao oportunizar aos alunos a aquisição de novos conhecimentos necessários, inclusive para escolha de uma profissão, pois, professores primários eram formados na escola complementar, anexa ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Ao assistir uma aula de linguagem oral no 1º ano feminino o inspetor registra que a Senhorita Professora “ministrou essas aulas com o devido desembaraço e clareza, e, portanto, também o aproveitamento dos alunos nessas disciplinas variava dentre bom e muito bom (WAGENFÜHR, 1934, p.19v).

No 1º ano masculino, a professora era a normalista recém-formada Araceli Rodrigues e “as aulas foram ministradas com muito boa metodologia, não faltando nada, pois [a professora] seguira fielmente as orientações dadas pelo Snr. Diretor”, com a impressão geral “muito boa a ótima”. (WAGENFÜHR, 1934, p.20). Contudo, as recomendações eram firmes quando o inspetor constatava que havia déficit nas aulas, como ocorreu com a turma no 2º ano feminino, sob a regência da normalista Alba Assis: “ministrei, para orientar a Snrita. Professora uma aula de linguagem oral e 1 de aritmética e o snr Diretor, uma de história.” (WAGENFÜHR, 1934, p.20v). As recomendações eram acompanhadas da justificativa de que as normalistas haviam iniciado suas atividades no Grupo Escolar e Escola Complementar em 1933. Para outra professora, que atuava há dez anos no estabelecimento e lecionava para o 2º. ano masculino, as recomendações foram mais incisivas:

---

<sup>6</sup> Os Quadros ou Mapas Parker eram [...] cartazes grandes, de aproximadamente um metro de comprimento por 50 centímetros de largura, contendo bolinhas, dados e números, os quais eram apresentados às crianças em um cavalete de madeira. Cada grupo escolar possuía apenas um conjunto desses. (TEIVE, 2005, p.83-84).

a) de exigir dos alunos sempre respostas completas afim de ter ocasião de corrigir os vícios de linguagem dos mesmos e obrigá-los a formarem sentenças corretas e claras; b) de envidar todos os espaços para melhorar a caligrafia dos alunos e não se esquecendo que a letra do professor tem grande influência na caligrafia dos alunos, que procuram imitá-lo, principalmente nas classes primárias, e evite, portanto, todos os traços inúteis e enfeites, em tudo que escrever no quadro-negro; c) de preparar sempre as lições que vai lecionar na próxima aula. [...] Impressão geral: Regular a boa. (WAGENFÜHR, 1934, p.20v).

Individualmente, realizava a recomendações para as professoras, como procedeu com a normalista Edite Melo, do 1º ano feminino: “exigir dos alunos respostas mais altas, claras e em sentenças completas, corrigindo sem envergonhar a criança, os vícios de linguagem e defeitos de pronúncia.” (WAGENFÜHR, 1934, p.20), com “aulas mais práticas e intuitivas, usando e abusando do giz nas suas explicações, afim de captar a atenção dos alunos.” (WAGENFÜHR, 1934, p.22). Pautados na racionalidade técnica, além dos aspectos didático-pedagógicos, existiam normativas a ser seguidas por todas as professoras em relação à distribuição de atividades no horário de aulas. No início das aulas eram ministradas as “lições e os exercícios que reclamem maior esforço de atenção” nenhuma lição deveria exceder a “duração de 30 a 40 minutos”, com metodologia diversificada, sendo distribuídos “os exercícios escolares de modo a variar sempre a maneira de aplicação dos alunos.” (SANTA CATARINA, 1911, p.8). Soma-se a essas recomendações, a necessidade de revisões constantes “das materias anteriormente estudadas”, semanalmente durante uma hora, “em cada ano do curso.” (SANTA CATARINA, 1911, p.9).

O diretor do estabelecimento era a autoridade máxima, centralizando decisões no âmbito administrativo e também no pedagógico. De acordo com o Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina, Art.39, “as lições dos professores serão ministradas dentro do programma e de inteiro accordo com a orientação dada pelo director.” (SANTA CATARINA, 1914, p.9-10). O mesmo documento aponta que o diretor deveria ministrar aulas a título de demonstração. As professoras registravam os métodos e processos de ensino, para garantir que suas aulas estivessem de acordo com o que foi recomendado. Deviam desempenhar as atividades didático-pedagógicas em conformidade com as orientações do diretor do estabelecimento e eram elogiadas quando davam os encaminhamentos esperados:

Assisti as aulas dessa classe do dia 16 e pude observar que a snrita. Professora tem uma aptidão especial para o magistério. As aulas todas foram ministradas com entusiasmo, clareza, precisão e o devido desembaraço e por isso todos os alunos tinham conhecimento exato de tudo que a snrita

professora tinha ensinado. [...] Inspeção Geral: Muito boa a ótima (WAGENFÜHR, 1934, p.21).

Ao avaliar o estabelecimento escolar e as atividades desenvolvidas pelas professoras no dia da inspeção, Wagenführ contribuía para a efetivação de práticas condizentes com as orientações didático-pedagógicas. Todo o esforço para mudanças era centrado nas professoras, pois acreditava-se que a sua metodologia e organização oportunizaria o aprendizado das crianças, mas, ao realizar apontamentos sobre as dificuldades das docentes, o inspetor pondera sobre o curto período que a maior parte delas vinha atuando como professora, fato que poderia explicar algumas deficiências observadas. Das quatro professoras do Grupo Escolar, três normalistas haviam ingressado no ano anterior, o que justificaria as observações e demonstrações realizadas, de acordo com o inspetor:

Si encontrei algumas falhas no ensino neste Grupo e Escola Complementar, não quero com isto dizer que isto seja a falta de zêlo e dedicação das snritas Professoras, pois, sei que quase todas só tem um ano ou até menos de prática, além de umas terem mais facilidade para desempenhar plenamente as funções de professora do que outras, pelo contrário notei de todas muito boa vontade, esforço, zêlo e dedicação, como raras vezes encontrei em todas as minhas inspeções; aqui todas procuram cumprir da melhor maneira a sua espinhosa missão. Com isto, pois, as que nesta inspeção ainda não foram bem sucedidas que, com esforço, força de vontade e perseverança, hão de alcançar o fim colimado. [...] Quanto ao snr Diretor, acho desnecessário de enumerar as suas aptidões para o magistério, que já ficaram patenteadas pelo êxito alcançado com este Grupo. Pois a harmonia, a ordem, a assiduidade, a disciplina, o aproveitamento dos alunos em geral, que verifiquei neste estabelecimento de ensino, são a melhor prova de sua competente e acertada direção e tudo isso alcançou com um professorado que está no primeiro ano de sua carreira. [...] Proponho á dignissima Diretoria da Instrução Pública que o snr professor Celso Rila seja louvado por portaria pelo zêlo e dedicação com que cumpre os seus deveres.[...] Porto União, 17 de março de 1934. [...] Germano WAGENFÜHR – Inspetor Escolar (WAGENFÜHR, 1934, p.22v)

A grande responsabilidade pela execução do projeto educacional para a escola primária catarinense era do corpo docente, conforme relata Wagenführ “notei de todas muito boa vontade, esforço, zêlo e dedicação, como raras vezes encontrei em todas as minhas inspeções; aqui todas procuram cumprir da melhor maneira a sua espinhosa missão.” (1934, p.22v). A escola, por meio do corpo docente e direção, seria o modelo, disseminando entre a comunidade noções de higiene, controle do tempo, conteúdo e metodologia.

Somava-se a essas características, a de pertencer a uma região com colônias de imigrantes e um grande número de pessoas que viveram a Guerra do Contestado, entre 1912-

1916. A divisão territorial que impôs à cidade de Porto União da Vitória (PR) tornar-se duas: Porto União (SC) e União da Vitória (PR), também instigou a formação de identidades específicas, ser catarinense ou, paranaense, mas, acima de tudo, buscava-se, nesse período de nacionalização, a formação do brasileiro, identificando-se com os símbolos nacionais e com a língua nacional. Nesta região fronteiriça do ex-Contestado, a escola pública foi o grande referencial para a nacionalização.

### **Considerações finais**

O relatório do inspetor escolar Germano Wagenführ no ano de 1934 é um documento que revela particularidades do processo de escolarização no Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso na cidade de Porto União (SC), por meio de uma avaliação da instituição (denominada de inspeção) pedagógica, num momento histórico em que havia uma disputa hegemônica entre o projeto da Escola Nova e o da Escola Tradicional. O método analítico, que tinha como base a “assimilação da forma e do sentido” do conteúdo pelo estudante, estava inserido no Regimento Interno dos Grupos Escolares catarinenses de 1914, constituindo-se referencial para as atividades docentes naquele período. A visita do inspetor à escola gerava um relatório detalhado das condições estruturais, do processo educacional e de aprendizagem que era observado nos anos seguintes. Embora tenha sido enfático quanto à prática de cada professor em sala de aula, elogiando ou recomendando mudanças, faz ponderações importantes sobre o conjunto que observou e o papel centralizador da direção no contexto educacional e de relação com a comunidade.

Esses documentos escolares trazem vestígios do passado, permitem compreendermos como era a instrução pública na cidade de Porto União (SC), respeitada a especificidade da pesquisa e o recorte temporal, pois lembrando Bloch (1965, p.35) “nunca um fenômeno histórico se explica plenamente fora do estudo do seu momento”. Havia uma metodologia de trabalho específica e uma construção do processo de ensino-aprendizagem. Ao analisar este registro de visita inspetorial ao Grupo Escolar Balduino Cardoso, pôde-se perceber que a instituição escolar desde seu fundamento é um espaço social e complexo, onde ocorrem muitas relações marcadas por disciplina, resistência, diálogo e respeito fazendo com que a prática pedagógica torne-se complexa e ao mesmo tempo reflexiva quanto aos métodos utilizados nas diversas áreas de atuação do profissional de educação.

As ênfases de avaliação encontradas nestes documentos tratam da avaliação do professor no desenvolver de suas práticas, não do aluno especificamente apesar de serem

mencionadas algumas observações pertinentes ao processo de ensino-aprendizado, como o bom asseio e ordem nos cadernos e o uso de materiais concretos e discussão de conteúdos com exemplos próximos da realidade dos alunos. O professor era responsável pela ordem e disciplina dos alunos em todo o âmbito escolar, um modelo educacional tradicional. Podem-se perceber casos onde a professora é elogiada por ter o “dom para o Magistério” e em outros reprovada por ser muito rígida. O próprio inspetor as orientava sobre quais cálculos e os níveis destes que deveriam ser ensinados aos alunos para que se obtivesse o êxito no trabalho pedagógico.

## Referências

BARBOSA, M. R. L. da S, **Inspeção escolar: quem é esse profissional?** Um estudo de caso da inspeção escolar na rede municipal de ensino de Uberlândia MG. Dissertação (Mestrado em Educação). UNICAMP: Campinas, 1997.

BLOCH, M, A História os Homens e o tempo. In: **Introdução à História**. Tradução de Maria Manuel e Rui Grácio. 2.ed. Lisboa: Europa-América. 1965, p. 24-46.

\_\_\_\_\_, **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

HOFFMANN, J, Outra concepção de tempo em avaliação. In: **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. p.39-56.

NASCIMENTO, D, Escola, nação, patriotismo: inspeção escolar e promoção da cultura cívica nas escolas primárias de Santa Catarina (1900 – 1930). **Roteiro**. Joaçaba, n. 2, v. 35, jul./dez. 2010, p. 362 – 380. Disponível em: < <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/download/252/307> > Acesso em: 15 ago. 2016.

RIBEIRO, E. R, **Políticas públicas nacionais em educação entre 1930-1945: A inspetoria municipal de educação de Rio Grande – RS**. Dissertação (Mestrado em Educação). UNISINOS: São Leopoldo, 2012.

SAVIANI, D, Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932- 1947). In: **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008. p. 241-254

SCHWARTZMAN, S, As avaliações de nova geração. In: MELLO E SOUZA (org.) **Dimensões da avaliação educacional**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 p.15-34

STENTZLER, M. M, **Entre questões lindeiras e superação de fronteiras: a Escola Complementar em Porto União (SC) e União da Vitória (PR),1928-1938**. 2015, 181f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

TEIVE, G. M.. 2015, **Uma vez normalista, sempre normalista**: a presença do método de ensino intuitivo ou lições de coisas na construção de um habitus pedagógico (escola normal catarinense 1911-1935) 290f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

THOMPSON, E. P, **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Revisão técnica: Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## Documentos

BARBOSA, E, **Termos de visitas das autoridades escolares**: Termo de Inspeção de Elpídio Barbosa ao Grupo Escola Prof. Balduino Cardoso e Escola Complementar anexa. Porto União, 1933. p.12v-17v.

SANTA CATARINA, **Decreto nº 604 de 11 de julho de 1911**. Regulamento das escolas complementares aprovado “ad referendum” do Congresso Representativo do Estado. Florianópolis: Gab. Typ. O Dia, 1911.

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 794 de 2 de maio de 1914**. Autoriza a revisão dos Regulamentos da Instrução Pública do Estado. Florianópolis, 1914.

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 795 de 2 de maio de 1914**. Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina. Joinville: Typ. Boehm, 1914.

\_\_\_\_\_, **Annaes da I Conferência Estadual do Ensino Primário**. Florianópolis: Off. Graphics da Escola de Aprendizes Artífices, 1927.

WAGENFÜHR, G, **Termos de visitas das autoridades escolares**: Termo de Inspeção de Germano Wagenführ ao Grupo Escola Prof. Balduino Cardoso e Escola Complementar anexa. Porto União, 1934. p.18-23.